



Capital social na constituição e operacionalização do P1MC: uma análise de dimensões desenvolvidas na microrregião de Juazeiro – BA

José Raimundo Cordeiro Neto¹
José de Arimatéia Dias Valadão²
Jackeline Amantino de Andrade³

Resumo

Este artigo trata da experiência de formação e operacionalização do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), no Semiárido brasileiro, analisando a manifestação de capital social no caso da microrregião de Juazeiro-BA. Abordando o capital social como elemento multifacetado, as dimensões integração e linkages são privilegiadas na análise, feita a partir de dados secundários e de dados primários, estes últimos obtidos da realização de entrevistas semi-estruturadas. Os achados permitem identificar na ação organizacional da Igreja Católica, ao longo das últimas quatro décadas, a emergência de processos que dotaram as comunidades rurais da região de notáveis manifestações de integração e de linkages. Essas formas de capital

Recebimento: 28/7/2013 • Aceite: 19/9/2013

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Assistente da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil. E-mail: cordeironeto@gmail.com

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor adjunto da Universidade Federal de Lavras, Brasil. E-mail: arimateiavaladiao@hotmail.com

³ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. End: Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235

Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil. E-mail: jackeline.amantino@gmail.com

social dinamizaram, de modo complementar, as ações que levariam à constituição e operacionalização do P1MC e, simultaneamente, foram fortalecidas e expandidas, a partir das ações, empreendidas com a implantação do referido programa.

Palavras-chave: P1MC; Capital social; Integração; Linkages; Semiárido brasileiro.

Social capital in formation and operation of the P1MC: an analysis of dimensions developed in microregion of Juazeiro - BA

Abstract

This article is about the experience of formation and operation of the One Million Rural Cisterns (P1MC), the Brazilian semiarid region, analyzing the manifestation of social capital in the case of microregion of Juazeiro-BA. Approaching social capital as an element multifaceted the dimensions integration and linkages are prioritized examination, made from secondary data and primary data obtained from the latter realization of semi-structured interviews. The findings allow us to identify the organizational action of the Catholic Church, over the past four decades, the emergence of processes which endowed the rural communities of the notable manifestation of integration and linkages. These forms of capital vitalized the actions that lead to the establishment and operationalization of P1MC and simultaneously were strengthened and expanded, from the actions undertaken with the implementation of the program.

Keywords: P1MC; Social capital; Integration; Linkages; Brazilian semiarid region.

Introdução

Para o desenvolvimento de ações coletivas, o papel das características de organizações e sistemas sociais é ressaltado em estudos diversos (EVANS, 1996a, 1996b; WOOLCOCK, 1998; WOOLCOCK; NARAYAN, 2000; UPHOFF, 2000), enfatizando a necessidade de análises, para esse campo, que ultrapassem as abordagens presumidoras da ação racional pura e do indivíduo atomizado, em relação ao seu contexto relacional. Nessa perspectiva analítica, o conceito de capital social é defendido por alguns autores (PUTNAM, 1996; PORTES; LANDOLT, 1996; PORTES, 1998; COLEMAN, 2000) como base para o esforço teórico de compreender questões que envolvem realizações coletivas e processos sociais em geral.

Partindo dessa premissa, o uso do conceito de capital social mostra-se propício para o estudo de ações coletivas que vêm sendo empreendidas no Semiárido brasileiro e que se destacam pela capacidade de articular agentes diversos em sua execução. Conhecido como P1MC, o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais congrega as referidas ações, com o propósito de promover a segurança alimentar de famílias rurais, por meio de um processo educativo, centrado na construção de estruturas domiciliares de captação e armazenamento da água da chuva. A região semiárida apresenta problemas críticos de abastecimento hídrico entre boa parte da população rural, ainda que a situação tenha apresentado melhoras substanciais nos últimos anos. O programa busca favorecer o acesso das famílias à água para consumo humano, em quantidade e qualidade apropriadas (ASA, 2010b; MDS, 2010).

Financiado com recursos públicos federais, o P1MC foi formulado e é executado por um conjunto de centenas de organizações da sociedade civil do Semiárido, afiliadas ao Fórum Articulação do Semiárido (ASA Brasil). Hoje, há na região, mais de 450 mil cisternas rurais construídas, resultantes da execução desse programa. Além da presença ativa da sociedade civil representada pela organização Asa Brasil, as famílias atendidas também constituem sujeitos sociais com importante participação nas ações, sem o que, dificilmente o P1MC teria obtido esse êxito. Partindo da observação desses aspectos, esta pesquisa questiona: como o capital social se manifesta nas relações sociais e influencia as ações coletivas de constituição e operacionalização do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)?

No intuito de responder essa pergunta, o presente trabalho está dividido em cinco seções. A seção seguinte faz um breve levantamento de parte da literatura que problematiza a utilização do conceito de capital social, e uma sistematização teórica é feita, para explicitar a perspectiva analítica adotada. Adiante, a pesquisa realizada é apresentada em seus aspectos metodológicos, ressaltando seu caráter exploratório e a abordagem da questão, a partir da análise da narrativa. A quarta seção traz a descrição do objeto em estudo, no caso analisado e os principais achados da pesquisa para, enfim, subsidiar as considerações tecidas na quinta e última seção.

Referencial teórico: alguns apontamentos sobre o capital social

James Coleman e Robert Putnam são os autores compreendidos como principais suscitadores do debate atual sobre o capital social. Respectivamente, esses autores enfatizam as dimensões individuais e coletivas, no uso do referido tipo de capital. Coleman (2000), em seu “*social capital in the creation of human capital*”, propõe o uso do conceito de capital social, como uma série de recursos aos quais os indivíduos podem recorrer para uso produtivo e no alcance de seus interesses. Para o autor, o tratamento analítico dessa modalidade de capital, inerente às relações sociais, exigiria uma abordagem da ação racional, que não desconsiderasse a organização social e as propriedades dos sistemas sociais.

O capital social é definido por sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: elas todas consistem de algum aspecto de estruturas sociais, e elas facilitam certas ações dos atores – quer pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura (COLEMAN, 2000, p. 16).

O autor afirma, a partir de algumas considerações de ordem teórica, que as obrigações, expectativas e confiança, presentes nas estruturas, seriam os principais elementos característicos das formas de capital social. As duas principais formas desse capital seriam canais de informação e a existência de normas e sanções efetivas. Como dois facilitadores das formas de capital social, Coleman (2000) aborda a propriedade de fechamento das redes sociais e as organizações sociais apropriáveis.

Embora Coleman (2000) não sintetize a propriedade de fechamento das redes sociais, os grafos exibidos no seu texto, em duas figuras, parecem esclarecer que o fechamento existe quando todos os atores mantêm ligações entre si, ainda que indiretas, isto é, por meio de outro(s) indivíduo(s). Para Portes (1998, p. 6), “fechamento significa a existência de laços suficientes entre um certo número de pessoas para garantir a observância das normas”.

A segunda propriedade, relacionada à existência de organizações sociais apropriáveis, diz respeito à possibilidade de os atores interagirem, por meio de estruturas organizativas, formais ou informais, com determinadas finalidades. Tais organizações se mostrariam favoráveis ao capital social, por permitirem o acesso dos indivíduos a recursos para fins diversos, para além da finalidade primeira que motivou a criação da estrutura interativa. Putnam (1996) invoca o termo capital social para procurar explicar os mecanismos pelos quais comunidades mais cívicas seriam mais capazes de apresentar governos com bons níveis de desempenho. Seu raciocínio inicia por considerar os ganhos que os indivíduos em uma sociedade podem obter, se capazes de assumir compromissos entre si.

Partindo da centralidade da confiança para a resolução do “problema da ordem”, Putnam (1996) trata do que seriam dois tipos de confiança, a pessoal e a social. A primeira estaria firmada em relações de confiança irrestrita, um tipo geralmente limitado a grupos muito coesos, dos quais as famílias são o melhor exemplo. A segunda, mais central para fomentar a cooperação seria indireta e impessoal, dependente de uma certa previsão do comportamento de cada ator, por parte dos demais. A confiança é, assim, assumida como uma das “muitas formas de capital social existentes” (PUTNAM, 1996, p. 179). O autor deixa claro o que seriam as duas fontes de confiança social, a “forma de capital social” por ele enfatizada: “em contextos modernos e complexos, a confiança social pode emanar de duas fontes conexas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica” (PUTNAM, 1996, p. 181). Abaixo, apresentam-se, resumidamente, os apontamentos de Putnam sobre essas duas fontes.

Ao contrário de uma reciprocidade generalizada, na qual se permutam, simultaneamente, bens de igual valor, as regras de reciprocidade balanceada ou específica envolveriam uma relação de troca permanente e sempre desequilibrada, no sentido de que compreende expectativas de retribuição futura de favores concedidos em determinado momento. As regras de reciprocidade, então, conciliariam interesse próprio com solidariedade, na medida em que

atos altruísticos, no curto prazo, beneficiariam a todos, no longo prazo (PUTNAM, 1996).

Quanto aos sistemas de participação cívica, a segunda fonte da confiança social, haveria quatro mecanismos pelos quais tais sistemas fortaleceriam a confiança e estimulariam a cooperação (PUTNAM, 1996, p. 183): eles elevariam os custos do comportamento oportunista, promoveriam as regras de reciprocidade, facilitariam a comunicação e o fluxo de informações entre os atores e corporificariam o êxito de colaborações mútuas anteriores, dotando a sociedade de modelos atualmente definidos para colaborações futuras.

Questões controversas e aprimoramento analítico do conceito de capital social

Woolcock e Narayan (2000) procuram sintetizar as principais correntes teóricas que tratam do capital social na literatura recente. Para esses autores, a ideia básica, subjacente a essa literatura, é que os vínculos relacionais podem ser entendidos como um ativo disponível às pessoas e que isso também é válido para grupos. Reconhecendo a existência de aspectos negativos, relacionados ao capital social, “que tanto seria um ativo como um risco”, eles afirmam que esse conceito “se refere às normas e às redes que permitem às pessoas agirem coletivamente” (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000, p. 226). Isso permitiria a utilização de unidades de análise diferentes (famílias, grupos diversos, comunidades e assim por diante), mas sem perder de vista que, tal qual sugerem as evidências, “o capital social pode ser usado para promover ou para minar o bem público”. As consequências indesejáveis desse recurso são trabalhadas por Portes (1998) e Portes e Landolt (1996).

O estudo de Reis (2003) analisa a estrutura analítica dos argumentos desenvolvidos por Robert Putnam, no seu clássico, *Comunidade e Democracia*. Para Reis, ao longo do texto de Putnam, o conceito de capital social é portador de ambiguidades e imprecisões que dificultam sua operacionalização teórica. Em *Comunidade e Democracia*, o capital social é apontado como um recurso capaz de facilitar a cooperação voluntária entre os agentes, tornando desnecessário o uso da força coercitiva. Ele seria decisivo “para a instauração dos círculos virtuosos favorecedores do bom desempenho institucional [...]. Contudo, o conceito de capital social permanece surpreendentemente impreciso durante toda a exposição” (REIS, 2003, p. 44). Essa imprecisão também se daria em virtude da não

especificação, no tratamento da variável capital social, como estrutural ou atitudinal, impedindo esclarecê-la como endógena ou exógena ao contexto das relações sociais.

Estender, como ocorre com o movimento teórico recente sobre capital social, uma propriedade de indivíduos e famílias para aspectos de comunidades e até mesmo de nações, de acordo com Portes (1998), exige atenção com as potenciais armadilhas dessa empreitada teórica. Da forma como isso teria se dado, porém, o que fica evidente na visão do autor é a preponderância de uma visão apaixonada que advoga pelo comunitarismo e trata o capital social como um valor, a partir de uma re-etiquetagem de antigos objetos teóricos e de uma roupagem conceitual apelativa.

Reconhecendo, tal qual Portes e Landolt (1996), a considerável dose de re-etiquetagem que existe nos estudos sobre capital social, Woolcock (1998) se remete a abordagens sociológicas mais antigas, que tratavam com outras terminologias, aspectos de contornos muito semelhantes ao que a literatura recente entende por capital social. Na perspectiva teórica de sustentação do seu trabalho, o pesquisador trata de quatro categorias sociológicas: a integração intra-comunitária, de Émile Durkheim; a integridade organizacional ou corporativa, de Max Weber; as relações extragrupo de George Simmel (linkages); e a sinergia Estado-Sociedade de que trata Peter Evans.

Woolcock (1998) considera essas quatro categorias como dimensões do capital social, sendo as duas primeiras correspondentes ao que Polanyi chamaria de imersão e as duas últimas associadas à ideia de autonomia, surgida, entre os anos 1980 e 1990, dos estudos da nova sociologia do desenvolvimento. A imersão se manifestaria, em um nível micro de análise, por meio da integridade, caracterizada pelos laços sociais que unem os membros de um determinado grupo entre si, facilitando-lhes as ações coordenadas. Num plano macro de análise, a imersão corresponderia à sinergia no relacionamento entre grupos da sociedade e tomadores de decisão nas organizações públicas, conectando essas últimas com os segmentos sociais aos quais suas políticas são orientadas.

De modo semelhante, a autonomia também teria manifestações de níveis micro e macro. Em termos micro, a autonomia se refere aos laços extra-comunitários (linkages) dos grupos sociais, conectando indivíduos de dentro desses grupos com agentes externos. Na análise macro, a autonomia teria como correspondente a coerência corporativa das organizações públicas, de modo a não tornar o Estado refém de interesses particularistas.

Distintas combinações entre as quatro dimensões do capital social, tratadas por Woolcock (1998), determinariam resultados também distintos, de modo que a dinâmica dessas combinações seria mais importante nas investigações sobre capital social, do que visões estáticas desse elemento. Capital social não seria, nessa concepção, um item a ser maximizado com vistas à obtenção dos melhores resultados de ações coletivas e de políticas públicas, mas sim, um recurso a ser otimizado em suas possíveis combinações.

Por considerar que a sistematização proposta por Woolcock (1998) contempla cuidados analíticos que permitem evitar problemas como os apontados por Portes (1998) e Portes e Landolt (1996), o presente trabalho partiu da concepção do capital social como elemento multidimensional, enfatizando o tratamento das dimensões integração e linkages no caso estudado.

Procedimentos metodológicos

A estratégia de pesquisa adotada, a fim de analisar o capital social desenvolvido na formação e operacionalização do P1MC, foi o estudo de caso (YIN, 2010), de natureza instrumental (STAKE, 2005; CRESWELL, 2007), escolhendo-se a experiência de desenvolvimento do referido programa na microrregião de Juazeiro-BA como unidade de análise, principalmente pela sua relevância dentro do programa.

De caráter exploratório, o estudo realizado combinou os tipos descritivo e interpretativo desse método (GODOY, 2006), procurando sintetizar a produção de um relato da trajetória pesquisada, e empreender certa conceitualização sobre características específicas das relações sociais, pelas quais as ações são desenvolvidas no caso. Nesse sentido, será predominante o uso do conceito de capital social, em suas dimensões integração e linkage.

Os dados que subsidiaram a análise foram obtidos em duas etapas. Para familiarização com o objeto de estudo, num primeiro momento, recorreu-se a documentos diversos, utilizados como fonte secundária de dados, que permitiram compreender a trajetória da experiência, em termos gerais, e as principais interações existentes. Num segundo momento, após o entendimento básico fornecido por meio dos estudos de fontes documentais, prosseguiu-se à segunda etapa da pesquisa, que consistiu na produção de dados primários, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas.

No primeiro estágio da pesquisa, a diversificação dos documentos utilizados, em termos de tipos e origens, buscou ampliar a

variedade de representações no *corpus* trabalhado (BAUER; AARTS, 2002): estatutos, atas, materiais de divulgação, projetos, relatórios, editais, termos de convênio, cartilhas, notas de esclarecimento, dentre outras. A fase de entrevistas, também seguiu os princípios da formação de um *corpus* de pesquisa, entendido como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” (BARTHES, apud BAUER; AARTS, 2002, p. 44).

Como recurso para a ampliação da variedade das representações contempladas na pesquisa, fez-se uma sistematização de diferentes estratos de entrevistados: a) estrato A: indivíduos participantes da representação nacional do Fórum Asa Brasil e/ou da Unidade Gestora Central (AP1MC) (cinco entrevistas); b) estrato B: membros da Unidade Gestora Microrregional (UGM) na microrregião estudada (seis entrevistas); c) estrato C: membros das comissões municipais do P1MC na microrregião (cinco entrevistas); e d) estrato D: membros de famílias participantes do programa e beneficiárias das cisternas domiciliares, nos municípios que compõem a microrregião pesquisada (seis entrevistas). Desse modo, 22 entrevistas foram realizadas, entre dezembro/2011 e março/2012, com durações variando entre uma média de 37 minutos no estrato D e média de 107 minutos no estrato B.

As informações coletadas de fontes diversas implicam, assim, a utilização de diferentes fontes de evidência (YIN, 2010; FLICK, 2009). Quanto à análise das entrevistas, adotaram-se, como referências, as técnicas apresentadas por Jovchelovitch e Bauer (2002). Especificamente, para fins deste trabalho, uma vez realizadas as entrevistas, os seguintes passos foram seguidos: 1) transcrição detalhada do material verbal; 2) identificação dos elementos indexados nas histórias (que apresentam referências aos atores, acontecimentos, aspectos temporais e espaciais) e no material não-indexado (expressam, para além dos acontecimentos, valores e juízos); 3) utilização do material indexado para, a partir das narrativas individuais, analisar e ordenar os acontecimentos; e 4) agrupamento das trajetórias dos indivíduos e estabelecimento do contexto que envolve as narrativas individuais, identificando trajetórias coletivas.

Constituição do P1MC e sua operacionalização na microrregião estudada

O P1MC surgiu ligado à III Conferência Internacional sobre Desertificação (COP III), promovida pela ONU na cidade de Recife-PE, em novembro de 1999. Ao mesmo tempo em que o evento oficial acontecia, entidades da sociedade civil da região realizaram uma Conferência Paralela ao lado do local onde ele se realizava. Essas entidades já possuíam fóruns regionais e outras articulações diversas entre si, embora fossem instâncias pouco estáveis de encontros e de intercâmbios de experiências. As organizações que estabeleceram a Conferência Paralela tinham históricos diversos de atuação no Semiárido brasileiro, em muitas frentes: educação rural, conservação ambiental, assistência técnica à agricultura, assessoria a organizações de agricultores, disseminação de tecnologias 'alternativas', fomento de experiências agroecológicas, segurança alimentar, dentre outras (ASA 2010a; ASSIS, 2006; SILVA, 2006).

Construir cisternas domiciliares nas residências do Semiárido rural foi uma ação proposta pelas organizações do fórum paralelo, ao Ministro do Meio Ambiente (MMA), durante uma das mesas redondas promovidas na Conferência paralela à COP III, em 1999. Nos anos que se seguiram, de 2000 a 2002, projetos experimentais foram financiados pelo Governo Federal, por meio daquele ministério, via Agência Nacional das Águas (ANA). Em 2003, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), no primeiro ano do Governo Lula, a construção das cisternas foi inserida na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e passou a ser financiada no âmbito do Programa Fome Zero, coordenado pelo MESA. Desde 2004, com a transformação do MESA em Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o P1MC compõe a pasta deste último (ASA, 2011; BRASIL, 2006).

No formato atual, os recursos do Governo Federal para a construção de cisternas são repassados, por meio de um Termo de Convênio, para uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): a Associação Gestora do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (AP1MC). Composta pelo Fórum Asa, a AP1MC celebra, por sua vez, Termos de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) com organizações selecionadas, nas microrregiões do Semiárido, que serão as Unidades Gestoras Microrregionais (UGM). Cabe às UGMs o gerenciamento das ações do programa nos municípios sob sua área de abrangência microrregional. Em cada município desse

espaço, estão constituídas Comissões Municipais, compostas por representantes de organizações locais, que auxiliam a UGM em muitas de suas atividades e dão transparência ao processo de seleção e atendimento das famílias (MDS, 2010; ASA, 2011)⁴.

As famílias participantes do P1MC são selecionadas a partir de critérios pré-estabelecidos. Ao público alvo, pertencem famílias cujas residências não estão contempladas em redes de abastecimento de água, em situação de insegurança alimentar e nutricional. São prioritárias as unidades nas quais a mulher é chefe de família, aquelas que tenham maior número de crianças e adolescentes em fase escolar, com maior número de idosos e/ou deficientes físicos (MDS, 2010; BRASIL, 2006).

A família beneficiada é também co-responsável pela implantação do programa. Cabe a ela participar de um curso, fornecido pela UGM, sobre a gestão de recursos hídricos e sobre a operacionalização das ações. Além disso, a unidade beneficiada é responsável pela escavação do buraco onde a cisterna será instalada, pelo fornecimento da mão-de-obra de auxílio ao pedreiro contratado pela UGM, bem como por hospedar e alimentar esse último profissional, durante os dias nos quais a obra será construída (MDS, 2010; BRASIL, 2006)⁵.

O P1MC na microrregião estudada

No Vale do São Francisco, a microrregião de Juazeiro–BA se destaca pela sua experiência com as ações do P1MC. A referida microrregião está localizada inteiramente no Semiárido brasileiro, no Norte do estado da Bahia, fazendo fronteira com os estados de Piauí e Pernambuco. É composta pelos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Curaçá. A população microrregional soma cerca de 454,4 mil habitantes, dos quais 34,79% vivem na zona rural (IBGE, 2011).

⁴A gestão dos recursos públicos destinados ao P1MC, bem como sua execução nas comunidades rurais, é competência de uma associação derivada da ASA, denominada Associação Gestora do Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC). Essa entidade, compreendida como Unidade Gestora Central (UGC), tem sua ação capilarizada pela vinculação com dezenas de organizações que gerenciam as ações em territórios delimitados em microrregiões, isto é, agrupamentos de municípios.

⁵ As cisternas domiciliares construídas pelo P1MC são reservatórios, com capacidade para 16 mil litros de água, instalados ao lado das residências rurais, que captam a água do telhado no período chuvoso, por meio de uma estrutura móvel de calhas. (ASA, 2010b).

A ação da sociedade civil no campo da segurança hídrica de famílias rurais, nesse território, remonta a práticas que se deram a partir da década de 1970, quando a atuação da Igreja Católica, na localidade, voltou-se para os problemas vivenciados pela população local.

Sobretudo após a segunda metade da década de 1980, a problemática do acesso à água nas comunidades rurais da região demonstrou-se como questão central a ser atacada. No início da década de 1990, outras organizações atuantes no campo da agricultura familiar (sindicatos, associações comunitárias, organizações de assessoria, articulações regionais etc.) articulavam-se aos esforços da Diocese da Igreja Católica de Juazeiro.

Na segunda metade da década de 1990, um conjunto de iniciativas já havia sido desenvolvido, num processo de aprendizado, visando reduzir a vulnerabilidade de famílias rurais no que dizia respeito ao acesso à água potável para consumo humano. Ao final da década de 1990, centenas de cisternas domiciliares já haviam sido construídas por meio de ações coordenadas pela Diocese, por meio da Campanha Adote uma Cisterna. Quando, no começo dos anos 2000, o P1MC teve início, a Diocese de Juazeiro foi a primeira organização a gerir os recursos do P1MC destinados à construção de cisternas rurais nos municípios que compreendem a microrregião de Juazeiro-BA. Até o ano de 2010, coube à Diocese de Juazeiro-BA o papel de Unidade Gestora Microrregional do P1MC, quando, por decisão interna da própria organização, ela decidiu retirar-se da gestão do programa, deixando de renovar com a AP1MC o termo de cooperação técnica e financeira. Observa-se, ainda, que após a saída da Diocese do papel de UGM, as organizações que passam a ocupar os postos de gestoras na construção de cisternas naqueles municípios são oriundas de processos sociais impulsionados em décadas anteriores pela ação da mesma diocese.

A centralidade da Diocese, nesse contexto, está relacionada ao fato de que, nas décadas que antecederam a formação do P1MC, a ação da Igreja Católica foi um dos principais elementos na história da região de Juazeiro, sobretudo no que se refere à vida das comunidades rurais nos municípios ali localizados.

Dimensões do capital social nas ações do P1MC na região de Juazeiro

Como visto, determinadas relações sociais foram centrais para que as ações relativas ao programa tomassem a forma que tomaram. Principalmente o conjunto de conexões por meio das quais os atores puderam acessar recursos importantes para a execução de seus propósitos. Com base nessa constatação, analisam-se, nesse momento, as dimensões do capital social, presentes nas relações sociais pelas quais os atores da região de Juazeiro deram forma ao P1MC, naquele recorte geográfico. Entende-se o capital social como um recurso produtivo intangível, que se configura a partir da estrutura das relações sociais mantidas pelos indivíduos, possibilitando-lhes utilizar-se de aspectos dessa estrutura, para fins individuais ou coletivos (COLEMAN, 2000; PUTNAM, 1996; PORTES, 1996). Em termos analíticos, o capital social é aqui compreendido, a partir das dimensões integração e linkages, trabalhadas por Woolcock (1998).

Integração: laços intracomunitários

Das dimensões do capital social, a integração seria aquela caracterizada pela sua capacidade de fazer, dos grupos sociais, uma rede de indivíduos conectados entre si, imersos em um contexto comum de experiências compartilhadas. Isso seria vital, por exemplo, para a formação de canais intracomunitários de informação e para a formação da confiança entre os indivíduos (WOOLCOCK, 1998). Desse modo, onde esse tipo de capital social existe em maior intensidade, os grupos estariam mais aptos a serem bem sucedidos em suas ações coletivas.

Uma das principais constatações, ao longo desta pesquisa, foi a importância de que as comunidades de agricultores familiares, na região estudada, apresentassem algum nível de organização interna, para que fosse facilitada, ou mesmo possível, em alguns casos, a ação dos profissionais que lidavam com a construção das cisternas. Quando isso se dava, esses profissionais encontravam condições muito mais favoráveis ao desenvolvimento de suas atividades do que nos casos em que não havia “nenhum senso de comunidade”.

Desse modo, a comunidade era vista, pelos próprios agentes ligados à Igreja, como o resultado de uma ação intencional, que levava os agricultores a interagirem com a finalidade de alcançarem melhorias para todo o seu grupo. Isto significa dizer que a comunidade é observada como um instrumento conscientemente projetado para a

ação coletiva. Por essa razão mesma é que a Diocese promovia cursos de *formação de comunidades*, dado que, nessa lógica, comunidade é mais algo passível de formação intencional do que de surgimento espontâneo, conforme pôde ser constatado por meio das entrevistas.

Uma vez a comunidade em formação, concomitantemente, formavam-se lideranças. Essas pessoas, líderes, seriam importantes, principalmente, na interlocução entre as equipes da Diocese e o interior dos grupos comunitários, fazendo fluir a informação e mantendo, na ausência da Igreja, rotinas de encontros e discussões que materializassem o sentido de pertencimento a uma estrutura com realidade e desafios comuns. Dentre essas lideranças, as principais, talvez, eram os agentes comunitários de saúde, treinados pela Igreja, e os animadores de comunidades. Constituída a *comunidade*, era para ela que se voltaria a ação de agentes pastorais e de religiosos e não para as circunstâncias particulares de indivíduos, ou de famílias, muito embora essas últimas não se diluíssem, obviamente.

No processo de integração comunitária em tela, destacou-se, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, a formalização de diversas organizações nas comunidades rurais, a exemplo das associações de moradores, associações de fundo de pasto, cooperativas e colônias de pescadores. Tão importantes quanto a emergência dessas organizações, alguns levantes de agricultores tinham sido vitoriosos em conquistar as diretorias de sindicatos rurais, muitas delas antes ocupadas, conforme os interesses de oligarquias locais. Havia, também, as Uniões de Associações, que congregavam as associações menores, dando-lhes um poder integrador em um raio de atuação maior ainda, como ocorria com as Articulações Sindicais. Também, formaram-se ONG's como o IRPAA, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares (SASOP) e o Serviço de Assistência Socioambiental do Campo e Cidade (SAJUC), que apesar de não serem predominantemente formadas por agricultores, mantinham com estes, vínculos pelo apoio prestado às suas comunidades. Os acúmulos que vão ocorrendo na integração dos agricultores, ao longo dos anos, fizeram com que, no início dos anos 2000, já houvesse comunidades dotadas de consideráveis níveis desse tipo de capital social, de modo que as ações do P1MC foram facilitadas sobremaneira. Isso foi fundamental no momento em que, no âmbito de um programa agora público federal, passou-se a exigir maiores habilidades da equipe gestora para atender a maior escala das ações, com prazos e metas mais rigorosos.

Papel da integração na operacionalização do P1MC

O P1MC chegou à região quando a maioria das comunidades já apresentava considerável nível de integração, o que ocorreu juntamente com a evolução para uma postura proativa dessas comunidades, na participação junto às iniciativas externas. Isso se mostrou fundamental, haja vista que, sem a pré-disposição das famílias a se envolverem com o referido programa, por meio do sistema de contrapartidas dos beneficiários, seria inviável a execução das ações. É preciso ressaltar que esse é um processo de heterogeneidades. Da mesma forma que situações como a descrita acima são destacadas por membros da equipe gestora da UGM, circunstâncias adversas também aparecem nas entrevistas registradas. Essas últimas, geralmente são associadas a grupos de famílias em áreas que não haviam vivenciado experiências significativas de auto-organização e de participação em projetos comunitários.

Da mesma forma que o nível de integração encontrado nas comunidades influencia nas ações internas ao Programa, também é correto atribuir às próprias ações deste, a capacidade de reforçar os níveis de integração. A necessidade de reunir os membros de cada comunidade, a fim de que a construção de cisternas seja operacionalizada, cria ou fortalece espaços e práticas de ação coletiva, conforme foi constatado.

De algum modo, o processo de construção das cisternas, em si, atua como a demonstração de que existem soluções técnicas e organizacionais para os problemas das famílias rurais. Em alguma medida, isso dá um caráter instrumental para os discursos sobre as conquistas coletivas em prol da melhoria de qualidade de vida. Como os dados coletados indicam, níveis substanciais de integração existiam nas comunidades rurais da microrregião de Juazeiro, quando o P1MC foi iniciado. Embora existissem heterogeneidades nas situações dos diversos agrupamentos rurais, grande parte tinha um passado de envolvimento com as ações da Igreja, cuja natureza da atuação promoveu instrumentos integradores dos indivíduos desses grupos. Isto é, havia em curso, um processo de formação de comunidades.

O Quadro 01 reúne essas interpretações, no que diz respeito à integração. Observa-se, na sua primeira coluna, que nessa espécie de capital social, todas as fontes referem-se a ações mediadas por estruturas organizacionais, nesse caso, pela Diocese da Igreja Católica, de Juazeiro. Por outro lado, verifica-se que os recursos originados, nessas fontes, manifestam a integração por meio de estruturas

hierárquicas (como as associações formais) e de redes de relacionamento não-hierárquicas (como os grupos informais e mutirões). Por meio desses recursos, concretizam-se resultados diversos, efetivando conquistas, tais quais apresentadas na última coluna, caracterizadas pela presença de relações de reciprocidade, de confiança, de canais de informação e do estabelecimento de obrigações e de expectativas.

Quadro 1: A Integração no Caso Estudado: Fontes, Recursos e Resultados Efetivos

TIPO DE CAPITAL SOCIAL: INTEGRAÇÃO		
FONTES Processos de formação	RECURSOS ORIGINADOS Formas de manifestação	EFETIVIDADE Conquistas possibilitadas
Cursos de formação de comunidades; Ação religiosa da Igreja nas comunidades; Formação das lideranças locais; Cursos de alfabetização e de formação política nas comunidades; Iniciativas organizadas pela Diocese na luta por direitos.	Surgimento de grupos informais nas comunidades; Criação de associações formais; Levantes de trabalhadores pela retomada das diretorias de sindicatos; Mutirões comunitários;	Construção coletiva de cisternas e outras obras comunitárias; Constituição do Fundo Rotativo Solidário; Construção, nas comunidades, de estruturas representativas de diálogo/interlocução com agentes externos; Engajamento ativo das famílias, de comunidades rurais, nas ações do P1MC; Desenvolvimento de atividades em prol da elaboração/aprovação dos Planos de Utilização de Recursos Hídricos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Linkages: laços extracomunitários

Nesta subseção, serão analisados os laços extracomunitários que conectam os indivíduos das comunidades de agricultores familiares a agentes e grupos externos, no contexto do P1MC e de suas ações na região de Juazeiro. Além desses, serão consideradas as conexões estabelecidas pelas organizações de apoio aos agricultores

familiares que, ao existirem, permitem que as comunidades rurais também se beneficiem, indiretamente, delas. Esses laços intergrupos dão corpo ao que Woolcock (1998) chama de linkages, a dimensão do capital social responsável por permitir, aos indivíduos de um grupo, acesso a ativos que não estejam disponíveis, internamente, à sua comunidade, mas sejam presentes externamente e passíveis de serem acessados pelas relações estabelecidas com outros agrupamentos.

Uma das primeiras manifestações dessa dimensão do capital social, levantada durante a pesquisa de campo, foi a formação dos vínculos entre a Diocese de Juazeiro-BA e as comunidades de agricultores. Sem esse vínculo, teria sido de elevada dificuldade o desempenho das funções gerenciais que couberam àquela organização, quando da implantação do programa.

Como se sabe, os laços que interligam a Diocese de Juazeiro e as famílias rurais da região foram construídos ao longo das décadas que se seguiram à construção da Barragem de Sobradinho. Para tanto, a existência dos agentes pastorais foi fundamental, aos quais cabia o contato mais frequente e direto com os indivíduos das comunidades participantes da ação da Igreja. Além da existência dos padres e freiras, era junto aos agentes pastorais e técnicos contratados pela Diocese que as famílias encontravam, mais constantemente, canais de diálogo para tratar de suas necessidades.

Deve-se acrescentar à existência dos animadores de comunidade, também a função desempenhada por agentes comunitários de saúde e pelas paróquias locais. Os agentes comunitários de saúde eram, na ausência do que depois veio a se configurar como o Sistema Único de Saúde (SUS), voluntários preparados pela Igreja, inclusive por meio de estágios em hospitais nos centros urbanos da região. Por conhecerem os principais problemas das comunidades rurais referentes à saúde das famílias, esses agentes também melhoravam a conexão dos profissionais da Diocese com as áreas ocupadas pelos agricultores.

Essa intermediação ganhou novos atores na medida em que os laços intracomunitários (a integração), analisados em seção anterior, foram fortalecidos entre as famílias rurais, e isso possibilitou a emergência de associações e de outras entidades representativas. Com isso, as comunidades passaram a se relacionar com a Diocese também por meio dos representantes dessas organizações (associações comunitárias, colônias de pescadores, sindicatos, movimentos locais, cooperativas, grupos de artesãos, grupos de jovens, dentre outros).

Além de intensificar as relações entre comunidades e Diocese,

as organizações associativas de agricultores permitiam outros tipos de linkages. A partir dessas entidades, constituíam-se fóruns e articulações maiores, das quais os principais exemplos talvez sejam as Uniões de Associações e as Articulações Sindicais.

As Uniões de Associações eram constituídas de várias associações menores, reunindo todas aquelas de uma determinada área: distrito rural, município ou conjunto de municípios. Na região estudada, constituíram-se, para exemplificar, a União das Associações do Vale do Salitre (UAVS), a União das Associações de Juazeiro (UAJ) e a União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA). A primeira congregava todas as associações de vilarejos que constituíam o Vale do Salitre, um distrito rural do município de Juazeiro. As entidades associativas rurais desse município, por sua vez, estavam representadas da UAJ. Quanto à UASA, esta foi fundada em 1987 e agrupava 25 associações de pequenos agricultores, distribuídas pelo município de Sobradinho-BA e vizinhanças. As Articulações Sindicais, ao seu turno, eram constituídas por unidades sindicais da região.

Essas estruturas organizacionais permitiam a interação entre agricultores, para além dos limites de suas próprias comunidades e, como observado, dos seus próprios municípios. Possibilitavam, ainda, que organizações como a Diocese pudessem tratar de questões comuns a todas as comunidades, a partir dessas estruturas de representação disponíveis.

Outro elemento importante na constituição de laços entre comunidades, na área da Diocese de Juazeiro, era a nucleação de grupos de jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). Esses grupos de jovens eram formados, inicialmente, por paróquia, o que significa dizer um por município. Porém, tinham como objetivo fazer com que cada município também dispusesse de grupos formados nos bairros e nas comunidades rurais. Assim como integravam-se no interior de cada municipalidade, os jovens da PJMP também procuravam articular-se em um grande grupo composto por representações de toda a Diocese. Isso garantia, aos participantes desta Pastoral, o contato com a realidade da região de Juazeiro em termos muito mais amplos do que seria possível apenas na circunscrição de suas comunidades e municípios.

Pelo conhecimento adquirido da realidade regional e pelos laços mantidos com pessoas de fora de seus grupos imediatos, muitos membros dessas organizações, tratadas nos parágrafos acima (associações, sindicatos, pastorais, dentre outras), viriam, posteriormente, a serem contratadas pela Diocese para o

desenvolvimento de projetos específicos. Com a chegada do P1MC, muitas delas passaram a trabalhar nas equipes gestoras, ou a representarem seus grupos nas comissões municipais.

Dentro da Diocese, o Setor Diocesano de Comunicação Audiovisual (SEDICA) foi um instrumento importante na formação de conexões entre as comunidades rurais e a Diocese. Além da função de produzir programas de rádios com conteúdo religioso e também aqueles de cunho social, esse setor era responsável pela formação de comunicadores populares. A figura do comunicador popular é resultado da preocupação do SEDICA em produzir informações, a partir da realidade do público para o qual os programas estavam voltados. Desse modo, cursos de formação eram destinados pelo SEDICA a transformarem pessoas leigas, envolvidas voluntariamente com trabalhos de comunidades, em comunicadores populares. Estes eram responsáveis por reunir informações sobre acontecimentos e problemas de suas localidades e produzir matérias que seriam veiculadas, sobretudo, nos programas de rádio.

Além disso, apesar de não serem vínculos constituídos com a participação de pessoas das próprias comunidades de agricultores, havia uma série de relações estabelecidas por integrantes da Igreja e de ONG's locais, que se mostraram relevantes para a ação nessas comunidades. Desse modo, essas relações que, numa primeira observação, não representariam linkages disponíveis às famílias rurais, tornaram-se parte do capital social dessas últimas. Nessa perspectiva, estão as relações que os religiosos mantinham com entidades nacionais e internacionais, que acabaram servindo de fontes importantes de recursos para os trabalhos sociais nas comunidades.

Com essa compreensão, podem-se citar como uma manifestação de linkage os vínculos entre a Diocese de Juazeiro, por meio do bispo Dom José Rodrigues, e os grupos de redentoristas de São Paulo, os quais promoveram a ida de voluntários daquela cidade para desenvolver atividades específicas na região de Juazeiro. Podem-se acrescentar a esta lista, os contatos na Europa, sobretudo na Alemanha, de alguns padres e freiras de municípios da região, por meio dos quais se obtinham recursos para o financiamento de projetos diversos, desde a plantação de roças comunitárias, até a construção de cisternas. Por meio desses contatos, também muitas pessoas envolvidas com o trabalho comunitário puderam fazer intercâmbios de aprendizado na Europa.

Com a criação de organizações não governamentais como o IRPAA, os laços construídos por essas organizações com outras

entidades no país e no exterior, também converteram-se, em diversos momentos, em ativos disponíveis às comunidades rurais da região. Além dos financiadores nacionais e internacionais dessas ONG's, que possibilitavam que um conjunto de atividades de apoio às famílias rurais fosse desenvolvido, no caso do IRPAA, foram fundamentais os conhecimentos obtidos por ocasião da participação dessa entidade nas Conferências Internacionais de Sistemas de Captação de Água da Chuva. Esses conhecimentos se converteram em realização de ações que foram centrais no desenvolvimento das ideias, que levariam à concretização do P1MC, dentre elas a organização da Conferência Internacional da IRCSA em Petrolina, permitindo agrupar numa discussão diversas organizações atuantes no Semiárido brasileiro.

O P1MC expandindo a linkage existente

Assim como foi abordado anteriormente, a respeito da dimensão integração, na dimensão linkage, também se pode dizer que o P1MC na região de Juazeiro tanto é positivamente influenciado pelos níveis pré-existentes desse tipo de capital social, como também promove sua criação e/ou seu fortalecimento. Em primeiro lugar, para que o programa seja gerido, o Fórum Asa se subdivide em fóruns estaduais, dos quais participam os representantes das microrregiões de cada estado. As Asas estaduais são, dessa forma, espaços de conexões entre organizações, facilitando o fluxo de informações entre elas e a criação de laços de interação permanente.

Em segundo lugar, o P1MC fortalece as comissões municipais, a partir do estímulo a uma maior regularidade dos encontros. Visto que são estruturas compostas por diversas organizações que, em cada município, operacionalizam ações importantes do P1MC, essas comissões também se configuram em estruturas propícias à formação do capital social do tipo linkage, pela heterogeneidade de organizações presentes. Alguns entrevistados atribuem a essa capacidade aberta com as interações propiciadas pelo P1MC a denominação de papel catalisador, indicando a criação de condições e o estímulo para que as energias das organizações participantes possam ser catalisadas para múltiplas ações, além do programa em si. A dimensão *linkages* tem suas fontes, os recursos originados e a efetividade do seu uso, no caso estudado, apresentados no Quadro 02.

Quadro 2: A Linkage no Caso Estudado: Fontes, Recursos e Resultados Efetivos

TIPO DE CAPITAL SOCIAL: LINKAGES		
FONTES Processos de formação	RECURSOS ORIGINADOS Formas de manifestação	EFETIVIDADE Conquistas possibilitadas
<p>Ação de padres, freiras e agentes pastorais junto às comunidades rurais; Interação entre indivíduos de comunidades rurais diferentes, por meio de espaços de diálogo promovidos pela Diocese; Ação do Setor Diocesano de Comunicação Popular – Sedica, na formação de comunicadores populares; Ação das ONG's locais na busca de apoio externo para projetos diversos; Inserção da Diocese e de outras organizações locais no Fórum Asa Brasil; Vinculação de indivíduos às comissões municipais no P1MC.</p>	<p>Canais de articulação entre Diocese e comunidades rurais; Criação de entidades associativas congregando indivíduos de diferentes comunidades (articulações sindicais; uniões de associações; uniões de fundo de pasto); Nucleação de Grupos de Jovens da PJMP; Relação entre membros da Igreja Católica local e de organizações da região com organizações de outras regiões do Brasil e do exterior; Interação das organizações locais com outras organizações externas ao território, por meio do Fórum Asa Brasil; Articulação entre diferentes organizações locais, no interior das comissões municipais do P1MC,</p>	<p>Estabelecimento de fluxos sistemáticos de informações que subsidiavam as intervenções de profissionais da Diocese nas comunidades rurais e facilitavam suas ações; Disponibilização do trabalho de lideranças das comunidades rurais no apoio às ações da Diocese; Desenvolvimento de iniciativas de âmbito microrregional, como o Programa Adote uma Cisterna e, posteriormente, o próprio P1MC, por meio da interconexão das organizações e indivíduos no espaço da microrregião de Juazeiro; Formação de lideranças microrregionais, com conhecimentos consideráveis sobre a realidade dos diversos municípios envolvidos; Aporte de recursos humanos e financeiros, bem como de conhecimentos e tecnologias, à região, para apoiar as iniciativas desenvolvidas nas comunidades rurais pela Diocese e por outras organizações; Apoio de organizações de outras regiões na execução de programas públicos, como o Água para Todos, na microrregião de Juazeiro; Concertação, entre as organizações locais, de práticas e de discursos, por meio de discussões possibilitadas nas comissões municipais e outros espaços de interação.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerações finais

No caso estudado, pôde-se constatar a centralidade do papel desempenhado por uma estrutura organizacional específica, a Diocese de Juazeiro-BA, nos processos que deram origem ao capital social. As redes de interação social observadas foram, quase sempre, resultantes da ação organizacional da Diocese, fortalecendo o desenvolvimento dos níveis de capital social integração e linkages, por meio de mecanismos que aumentavam ou facilitavam a coesão dos grupos e a interação entre eles.

O fortalecimento, ou mesmo a criação, de laços intracomunitários entre as famílias rurais apoiava mecanismos facilitadores de diversos elementos relevantes para ação coletiva, tais como os fluxos de informações, a confiança, os sistemas de reciprocidade e a formação de expectativas a respeito da conduta dos agentes. A fluidez da informação nas comunidades, onde atuava a Igreja Católica, foi fundamental para que as famílias fossem reunidas e as orientações de apoio a estas chegassem até elas.

Muito embora seja um tipo de capital social importante na facilitação de ações individuais e, principalmente, coletivas, a integração não resolve todos os problemas vividos pelos grupos. Na ausência das outras dimensões do capital social, em especial de linkages, as comunidades podem se constituir, perversamente, em guetos nos quais os indivíduos cultivam fortes laços entre si, mas não conseguem ampliar as possibilidades de sua ação, porque lhes faltam canais externos de apoio e/ou acesso.

De forma semelhante ao que ocorreu na formação da integração, as *linkages* foram, quase sempre, resultantes de intervenções organizacionais de uma estrutura específica: a Diocese de Juazeiro. Os recursos originados são intensivos em laços horizontais de relacionamento entre indivíduos e grupos, com a presença, também, de estruturas organizacionais formais (entidades associativas diversas). As conquistas efetivadas, por meio desses laços extra-comunitários, demonstram estarem alicerçadas em interações sociais promotoras de fluxos de informações, de sistemas de reciprocidade.

Ao analisar o capital social na experiência estudada, a partir de um foco teórico que concebe esse capital como recurso de variadas dimensões, essa pesquisa permite compreender complementaridades entre as formas abordadas, integração e linkages. O papel desempenhado por tais dimensões no desenvolvimento do P1MC exemplifica as diferentes funcionalidades que elas representam no

desenrolar da ação coletiva, evidenciando que o capital social deve ser concebido enquanto recurso a ser otimizado na sua composição e não simplesmente otimizado na sua quantidade.

Referências

- ASA. P1MC: um programa construído a muitas mãos. In: ASA. *Construindo futuro e cidadania no Semiárido*. Recife: 2011.
- ASA. Quem somos. Disponível em http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150. Acesso em.20/02/2010a.
- ASA. Convivência com o Semiárido. Um olhar para as estratégias de estoque. 2010b.
- ASSIS, T. R. de P. Sociedade civil, Estado e políticas públicas: reflexão a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) no estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2006. (Tese de Doutorado).
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. Tribunal de Conta da União. Relatório de avaliação de programa: Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água. Brasília; TCU, 2006.
- COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. *Social Capital: a multifaceted perspective*. Washington, U.S. World Bank, 2000.
- CRESWELL, J. W. *Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.
- EVANS, P. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*. n.28-29. São Paulo, 1993.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa*

em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 10/10/2011.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. *Programa Cisternas: Acesso à Água para Segurança Alimentar*. Dez/2010.

PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Contemporary Sociology. *Annual Review of Sociology*. 24:1-24. 1998.

PORTES, A.; LANDOLT, P. The Downside of Social Capital. *The American Prospect*. 26 (May-June): 18-21, 9. 1996.

PUTNAM, R. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy* 6.1. pp. 65-78. 1995.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1996.

REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e de método. *Revista de Sociologia Política*. 21. Nov. 2003.

SILVA, R. M. A. da. Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília, UNB: 2006. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável).

STAKE, R. E. Qualitative case studies. In: DEZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (eds). *The sage handbook of qualitative research*. London: Sage, 2005.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*. 27: 151-208, 1998.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: implications for development theory, research, and policy. *The World Bank Research Observer*. Vol. 15, n° 2, 2000.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.